

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a5

A crise dos abastecimentos e a «Questão das Subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918)

The supply crisis and the «Subsistence issue» in Setúbal during the Great War: the city that erupted (1914-1918)

La crise des approvisionnements et la «Question des subsistances» à Setúbal pendant la Grande Guerre: la ville qui est entrée en eruption (1914-1918)

La crisis de los abastecimientos y la «Cuestión de las subsistencias» en Setúbal durante la Grande Guerra: la ciudad que entró en erupción (1914-1918)

Diogo Ferreira
IHC-NOVA FCSH
diogofilipesantosferreira@gmail.com

Resumo: As dificuldades dos meios urbanos portugueses em serem abastecidos de géneros de primeira necessidade provocou uma profunda escalada de preços e diversos momentos de fome generalizada nas camadas mais desfavorecidas da sociedade durante a Grande Guerra. Da necessidade de estudar estes efeitos nefastos num plano geográfico circunscrito, este texto aborda a «questão das subsistências» na comunidade de Setúbal, então a terceira cidade com maior índice demográfico do país e caracterizada como sendo uma região operária e piscatória. Do ponto de vista institucional, o presente estudo salienta as medidas inoperantes da Câmara Municipal num quadro de ‘economia de guerra’ e exemplifica as dificuldades pelas quais passou um estabelecimento de solidariedade social como a Misericórdia de Setúbal. Entre os impactos abordados, analisa-se a intensa crispação social gerada pela fome, que ficou marcada por assaltos coletivos a quintas e estabelecimentos comerciais, por greves e por protestos anti-intervencionistas de um «vulcão operário» que entrou em erupção.

Palavras-Chave: Grande Guerra, Setúbal, Abastecimento Alimentar.

Abstract: The difficulties of the portuguese urban towns to be supplied with staple food caused a deep escalation of prices and diverse moments of generalized hunger in the most underprivileged layers of our society during the Great War. From the need to study these harmful effects in a circumscribed geographic area, this article addresses the «question of subsistence» within the community of Setúbal, then the third city with the highest demographic index in the country and characterized as a working and fishing region. From the institutional point of view, the present study will emphasize the inoperative measures of the City Hall within the framework of the ‘war economy’ and exemplify the difficulties that a social solidarity institution such as Misericórdia de Setúbal experienced. Among the impacts addressed, it will be analyzed the intense social upheaval generated by famine, that was marked by collective assaults on farms and commercial establishments, by strikes and by anti-interventionist protests of a «working class volcano» that erupted.

Keywords: Great War, Setúbal, Food Supply.

Résumé: Les difficultés rencontrées par les moyens urbains portugais pour se chercher des produits de première nécessité ont provoqué une profonde augmentation des prix et divers moments de faim généralisée dans les couches les plus défavorisées de la société pendant la Grande Guerre. De la nécessité

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a5

d'étudier ces effets néfastes dans un plan géographique circonscrit, ce texte aborde la «question de la subsistance» dans la communauté de Setúbal, alors troisième ville la plus peuplée du pays et qualifiée de région ouvrière et de pêche. Du point de vue institutionnel, la présente étude met en évidence les mesures inopérantes prises par la Mairie dans le cadre d'une 'économie de guerre' et illustre les difficultés qu'un établissement de solidarité sociale tel que Misericórdia de Setúbal a connu. Parmi les impacts abordés, les bouleversements sociaux générés par la faim, marqués par des cambriolages collectifs contre des fermes et établissements commerciaux, ainsi que par des grèves et des manifestations anti-interventionnistes d'un «volcan ouvrier» qui est entré en éruption.

Mots-clés: Grande Guerre, Setúbal, Approvisionnement Alimentaire.

Resumen: Las dificultades de los medios urbanos portugueses en ser aprovisionados de géneros de primera necesidad provocó una profunda escalada de precios y diversos momentos de hambre generalizada en las capas más desfavorecidas de la sociedad durante la Gran Guerra. De la necesidad de estudiar estos efectos nefastos en un plano geográfico circunscrito, este texto aborda la «cuestión de las subsistencias» en la comunidad de Setúbal, entonces la tercera ciudad con mayor índice demográfico del país y caracterizada como siendo una región obrera y pesquera. Del punto de vista institucional, el presente estudio destaca las medidas inoperantes del Ayuntamiento en un quadro de 'economía de guerra' y ejemplifica las dificultades por las cuales pasó un establecimiento de solidaridad social como la Misericordia de Setúbal. Entre los impactos abordados, se analiza la intensa crispación social generada por el hambre, que quedó marcada por asaltos colectivos a quintas y establecimientos comerciales, por huelgas y protestas anti-intervencionistas de un «volcán obrero» que entró en erupción.

Palabras Clave: Gran Guerra, Setúbal, Abastecimiento Alimenticio.

Introdução e Estado da Questão

A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» - assim retratada na imprensa da época – foram duas das mais graves problemáticas que o nosso país atravessou durante o trágico contexto da Grande Guerra. Com o decorrer da evocação do centenário do conflito surgiram novos trabalhos de investigação em redor dos seus impactos políticos, militares, económicos e sociais em Portugal¹, contribuindo para o aprofundar de visões de importantes textos sobre a crise dos abastecimentos, que servem de enquadramento a este artigo². Não obstante, a verdade é que, tal como noutros casos, o espaço regional e a história local continuaram a ser colocados à margem dos interesses da historiografia.

Nesse sentido, surge o presente texto que procura contribuir para uma visão mais profunda da forma como uma relevante comunidade portuguesa viveu esta crise. No âmbito da literatura histórica local este trabalho vem, em grande medida, preencher um

¹ A título de exemplo: FREIRE, João (2014), *Portugal face à Grande Guerra em 1914-1915*, Lisboa, Colibri; AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos (2015), *Portugal e a Grande Guerra: As trincheiras – 1915-1917*, Lisboa, Verso da História.

² PIRES, Ana Paula (2011), *Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a Economia de Guerra*, Casal de Cambra, Caleidoscópio; SAMARA, Maria Alice (1998), “O Impacte Económico e Social da Primeira Guerra Mundial em Portugal” in org. TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Portugal e a Guerra: História das intervenções portuguesas nos grandes conflitos mundiais (Séculos XIX e XX)*, Lisboa, Colibri, pp. 89-107.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a5

vazio em face da especificidade temática e pelo facto da historiografia regional ter colocado o assunto à margem dos seus focos de estudo. Ainda assim, determinados trabalhos aproximam-se superficialmente deste objeto, nomeadamente de Albérico Afonso Costa³, de Maria da Conceição Quintas⁴ ou de Álvaro Arranja⁵. A minha dissertação de mestrado, defendida em 2015 e publicada em 2017⁶, aborda alguns aspetos deste artigo, mas é importante evidenciar o maior grau de problematização, ênfase e importância aqui entregues, cooperando para o aprofundamento do conhecimento de um tópico circunscrito e pouco explorado.

Este estudo tem como principais objetivos abordar os efeitos da crise dos abastecimentos e da «questão das subsistências» no concelho setubalense, analisando a constante deterioração das condições de vida da comunidade – aliado ao açambarcamento e à escalada de preços -, as infrutíferas medidas de intervenção municipais e a inconsequente centralização dos métodos de distribuição de produtos alimentares. Deste modo, será possível demonstrar como a fome, principalmente nos anos de 1917 e 1918, gerou um novo impulso nos sectores mais radicais, despertando - nas palavras do então administrador do concelho - o «*vulcão operário*». Esta erupção fez-se sentir através de uma intensa conflituosidade social marcada por diversas greves, assaltos coletivos e manifestações contra a beligerância.

Setúbal nas vésperas e durante a Grande Guerra

Desde o início da I República que Setúbal, do ponto de vista demográfico e industrial, se destacou por ser o terceiro mais importante concelho do país, depois de Lisboa e do Porto, totalizando 47.783 habitantes [Censo de 1911]. Esta relevância no contexto nacional foi impulsionada a partir da década de 1880, quando diversos industriais conserveiros da Bretanha, perante o esgotamento do *stock* de sardinhas, realocalizaram ali muitas das suas fábricas. A oferta de emprego permitiu um *boom*

³ COSTA, Albérico Afonso (2012), *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Setúbal, Estuário; *Idem* (2010), *Setúbal: Roteiros Republicanos*, Matosinhos, CNCCR.

⁴ QUINTAS, Maria da Conceição (1998), *Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária, 1880-1930*, Lisboa, Horizonte.

⁵ ARRANJA, Álvaro (2009), *Anarco-Sindicalistas e Republicanos: Setúbal na I República*, Setúbal, CEB.

⁶ FERREIRA, Diogo (2017), *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, Setúbal, Estuário.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a5

migratório interno e o conseqüente aumento populacional⁷. Ao mesmo tempo, a política do *materialismo progressista* da Regeneração deixou uma importante herança material, que é demonstrativa do crescimento da urbe, possibilitando que passasse “*de uma comunidade mercantil e piscatória para um espaço fabril em ascensão*”⁸.

O surgimento de dezenas de fábricas de conservas de peixe potenciou a construção de um numeroso grupo operário, onde germinavam ideários de cariz anarcossindicalista e socialista, reivindicando melhores condições laborais através de vários fenómenos de agitação social. A autodenominada «*Barcelona Portuguesa*» foi bem conduzida pela elite republicana, tendo esta conseguido criar um relevante bloco social de apoio e um forte bastião antimonárquico até ao 5 de outubro.

No entanto, a legislação do *lock-out*, o não cumprimento do sufrágio universal ou a pressa do Partido Republicano Português em hegemonizar o poder, colocando elementos da sua esfera em todos os cargos administrativos e mantendo as mesmas lógicas de caciquismo, veio enfraquecer esta aliança nos primeiros dias da República. O divórcio consumou-se numa greve, em março de 1911, quando a Guarda Republicana assassinou Mariana Torres e António Mendes⁹. “*A República, ao disparar sobre os grevistas da avenida Todi, matava o mito da República social emancipadora.*”¹⁰.

Uma pequena cidade industrial, com um forte pendor revolucionário, foi o palco que a Grande Guerra encontrou em 1914. Nestes cinco anos, o conflito transformou indelevelmente Setúbal, despertando desilusão perante o regime político, vivenciando a transitoriedade e ilusória riqueza proporcionada pelo sector conserveiro e, mais importante, deixando cicatrizes sociais impossíveis de sarar. A *Barcelona Portuguesa* acabou por não defender a República no 28 de maio. Assim, o panorama político, económico e social setubalense durante a Grande Guerra ficou marcado, tal como o resto do país, pelos efeitos nefastos que teve na vida quotidiana. As experiências ditatoriais (Pimentismo/Sidonismo) ou o fracasso da União Sagrada contribuíram para

⁷ VALENTE, Vasco Pulido (1981), “Os Conserveiros de Setúbal (1887-1901)”, *Análise Social*, vol. XVII, Lisboa, ICS, p. 619.

⁸ COSTA, Albérico Afonso (2011), *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Setúbal, Estuário, p. 96.

⁹ Cf. ARRANJA, Álvaro (2011), *Mataram Mariana: Dos fuzilamentos de Setúbal à ruptura do Operariado-República em 1911*, Setúbal, CEB.

¹⁰ MEDINA, João (1981), “Prefácio” - *Greves, Sindicalismo: Setúbal 1910-13*, org: AA.VV., Setúbal, Assembleia Distrital de Setúbal, p. 16.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a5

este desgaste. Em contraste, a indústria conserveira e o sector piscatório viveram alguns dias de progresso e prosperidade.

As necessidades externas de consumo britânicas e francesas, proporcionadas pelo facto das conservas serem um dos principais meios de alimentação das tropas em combate, estimulou um intenso crescimento da indústria, oferecendo trabalho a milhares de pessoas, ainda que em condições deploráveis: “A guerra esteve na base da grande expansão desta indústria, que passou de terceiro para segundo lugar no valor total das exportações portuguesas, superando as cortiças (...) Os anos de 1915-1919 [são] caracterizados por um autêntico boom conserveiro”¹¹. Os estabelecimentos industriais passaram de pouco mais de 40 (1914) para cerca de 130 (1920). Ainda que as grandes firmas fossem em bastante menor número, poucas foram as que conseguiram sobreviver após o conflito, gozando meramente de uma prosperidade artificial.¹² Este crescimento sectorial é claro se forem observados os seus valores de exportação, uma vez que dobraram durante a beligerância: (1914 – 18 488 toneladas / 1918 – 35 880 toneladas)¹³.

Num contexto mais amplo, as dificuldades estruturais da economia portuguesa foram exacerbadas ao longo do conflito e a implementação de uma ‘economia de guerra’ revelou a inabilidade do intervencionismo em resolver a crise de subsistências. A impossibilidade de abastecer as cidades provocou uma intensa crispação social e um forte recrudescimento no movimento operário, sendo a fome e o aumento extraordinário do custo de vida os motivos para tantos assaltos coletivos, greves e sentimentos antiguerristas. Localmente, a «questão das subsistências» e a constante deterioração das condições materiais e de vida da comunidade geraram este clima de reivindicação social, permitindo a Albérico Afonso Costa sublinhar que “*não se exagerará ao dizer que a Setúbal da guerra é também a Setúbal em Guerra.*”¹⁴. Esta é a imagem de uma cidade em permanente conflito social, principalmente depois da declaração de guerra do Império Alemão a Portugal.

¹¹ ROLLO, Maria Fernanda (1991), “Industrialização” in MARQUES, A. H. de Oliveira (org.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Presença, p. 136.

¹² RODRIGUES, Joaquim (1997), *A indústria conservas de peixe no Algarve*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Lisboa, FCSH/NOVA, p. 173.

¹³ ROLLO, Maria Fernanda, *op. cit.*, p. 138.

¹⁴ COSTA, Albérico Afonso (2012), “Setúbal Republicana – quando as fábricas transbordavam de greves” in org: AA.VV., *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no século XX*, Lisboa, Colibri, p. 67.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a5

As dificuldades nos abastecimentos à cidade

Genericamente, a «questão das subsistências» e as dificuldades dos abastecimentos foram problemáticas que afetaram seriamente as nações europeias, sendo o recrutamento militar uma causa direta para a diminuição dos níveis de produção. A guerra submarina diminuiu o número de navios mercantes, essenciais para o transporte de mercadorias, limitando a capacidade dos Estados e do comércio privado de abastecerem de produtos as suas comunidades. Sendo Portugal secularmente deficitário na produção agrícola e profundamente dependente da marinha mercante britânica, a Grande Guerra veio evidenciar as dificuldades na alimentação da população. Compreendendo esta crise “*na associação da escassez de géneros com a carestia, agravadas por algumas deficiências do sistema de organização central no que toca a fixação e uniformização de preços, bem como no referente ao binómio distribuição/transportes*”¹⁵, pressupõe-se a necessidade que o Estado teve de intervir para combater esta realidade e corrigir diversas deficiências que lhe estavam associadas.

A cidade do Sado foi das cidades portuguesas que mais sofreu com os obstáculos proporcionados por uma crise que ganhou maior ímpeto à medida que a beligerância foi perdurando no tempo. Ainda que a documentação consultada revele uma clara disparidade entre meio urbano e meio rural no que diz respeito ao número de pedidos de abastecimento efetuados pelas autoridades municipais, isso não implica que os trabalhadores agrícolas não tenham sentido, também, bastantes dificuldades. A título de exemplo é de ressaltar que a Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais de Palmela¹⁶ sentiu-se forçada a fundar uma cooperativa para que “*livre os associados da ganância dos açambarcadores (...) [e] para baratear a vida pois que o exíguo aumento dos salários pouco atenua as dificuldades económicas.*”¹⁷.

A inflação dos preços de bens essenciais e bens de retalho foi incrementando as dificuldades das classes trabalhadoras setubalenses que viram o seu poder de compra reduzido substancialmente. O *Boletim de Previdência Social* apresenta a relação entre

¹⁵ SAMARA, Maria Alice, *op. cit.*, p. 93.

¹⁶ Entre as reformas administrativas de 1855 e 1926, Palmela foi apenas uma freguesia rural do concelho de Setúbal.

¹⁷ Ministério do Trabalho e da Previdência Social (1919), *Boletim da Previdência Social*, ano II, nº 5, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 27-28.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a5

ordenados e o custo de vida em Portugal, demonstrativo desta lógica: “*um ordenado de 100\$ em 1914 representa hoje [1918] apenas 43\$50, um de 50\$ apenas 21\$75.*”¹⁸. Este boletim, que era produzido trimestralmente, expunha os preços mensais dos principais alimentos consumidos nos concelhos com mais de 10 mil habitantes. Os responsáveis pela publicação recebiam as tabelas de preços enviadas pelas diferentes administrações dos concelhos. Nesse sentido, foi possível elaborar o seguinte quadro e concluir, de forma evidente, que os preços dos produtos em Setúbal tiveram uma subida muito significativa:

Designações	Set-Dez. 1916	1º Semestre de 1917	2º Semestre de 1917	1º Semestre de 1918	2º Semestre de 1918	1º Semestre de 1919
Açúcar	0\$42	0\$40	0\$48	0\$61	0\$94	0\$86
Arroz	0\$19	0\$24	0\$32	0\$51	0\$51	0\$45
Azeite	0\$35	0\$47	0\$57	0\$73	0\$77	0\$82
Batatas	0\$06	0\$07	0\$08	0\$10	0\$14	0\$20
Carne de porco	0\$72	0\$67	0\$84	1\$19	1\$77	1\$60
Carne de vaca	0\$45	0\$47	0\$53	0\$63	0\$77	0\$93
Chouriço de carne	0\$95	0\$92	1\$22	1\$74	2\$00	2\$07
Pão de milho ou de centeio	?	0\$12	0\$24	0\$25	0\$34	0\$28
Pão de trigo (1ª qualidade)	0\$16	0\$19	0\$23	0\$49	0\$48	0\$45
Vinho	0\$13	0\$12	0\$10	0\$13	0\$16	0\$20

Tabela nº 1 Média dos preços das principais subsistências em Setúbal (1916-1919). Fonte: Edições do *Boletim da Previdência Social* publicado, entre 1916 e 1920, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Grosso modo, todos os géneros dobraram o seu preço no mercado, alguns triplicaram e outros, como a batata, chegaram a quadruplicar. A especulação, o açambarcamento, o mercado negro e o contrabando generalizaram-se, caracterizando o dia-a-dia da cidade. *O Trabalho* – órgão local do Partido Socialista Português - condenou sistematicamente este tipo de “*negócios mais ou menos ilícitos, originados principalmente no açambarcamento e na carestia de artigos de toda a ordem*”,

¹⁸ *Idem*, p. 56.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a5

acusando-os de representarem “*a maior das ladroeiros*”¹⁹. Do mesmo modo, o periódico dos caixeiros, o *Alvorada*, salientou como a guerra promoveu o máximo de prosperidade ilícita a uma pequena-média burguesia, contrastando com a “*miséria que campeia desenfreada e cruel nos lares da parte menos feliz da população*”²⁰.

Proveniente do meio operário, os periódicos da esquerda radical, *O Semeador*, *O Trabalho*, *A Trombeta* e o *Alvorada* foram os mais ferozes na notificação do público sobre os obstáculos que a «questão das subsistências» provocava nas camadas sociais mais pobres. O jornal do Partido «Democrático» (*República*) e o jornal do Partido Evolucionista (*A Folha de Setúbal*), ainda que noticiassem estes problemas de abastecimento e publicassem os editais municipais de combate a esta crise, procuravam ludibriar a opinião pública, procurando legitimar a intervenção militar portuguesa pela via do destaque a outras questões políticas e económicas.

José Bernardo Ferreira, o administrador do concelho nomeado pela União Sagrada, demonstra que Setúbal esteve constantemente a ser ameaçada pelo ‘fantasma’ da fome através da dificuldade em obter farinhas e da carestia de pão, verificando-se uma redução na média de sacas importadas quotidianamente de 350 para 250. Num ofício do edil para o Ministério de Subsistências toma-se conhecimento de que o concelho necessitava, semanalmente, de ser abastecido de quatro vagões de farinhas de trigo e milho, um para as freguesias rurais e três para Setúbal²¹. O sofrimento verificado na comunidade levou o administrador a avisar o Governo Civil de Lisboa de que “*A fome neste concelho se afigura que virá a ser terrível e as consequências, devido ao meio revolucionário aqui latente, das mais desastrosas.*”²².

Entre a múltipla documentação encontrada, com origem nas autoridades municipais²³ ou na imprensa local²⁴, e que aqui apenas são utilizadas a título de

¹⁹ “Actualidades” in *O Trabalho*, 30.07.1916, p. 1.

²⁰ “Crónica” in *Alvorada*, 01.07.1918, p. 3.

²¹ Arquivo Distrital de Setúbal (ADSTB), Câmara Municipal de Setúbal (CMS), Copiadores de Correspondência Expedida, Cx. 97, Lv. 15, Ofício de 21.03.1918 do edil para o Ministério de Subsistências.

²² Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Governo Civil de Lisboa (GCL), Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Expedida – 1917, NT 929, Mç. «Relatórios», Relatório da administração do concelho de Setúbal, 24.09.1917, p. 7.

²³ “*Não tendo sido atendidas reclamações fornecimento farinhas, condenando-se numerosa população cidade à fome, C.M. receando alteração ordem pública mais uma vez pede providências urgentes.*” in

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a5

ilustração, transmitem momentos de desespero e de fome em Setúbal. A proximidade geográfica à capital não significou privilégio na receção de produtos e os vários períodos de dificuldades germinaram um movimento operário e social altamente reivindicativo e violento. Este clima de tensão era sentido pelo edil «democrático» José da Rocha que, em 1916, avisou o Governo por telegrama sobre o que implicava a não receção, nomeadamente de farinha: *“Perante falta farinhas nesta cidade pão vai faltar dentro dois dias. Hoje já algumas padarias suspenderam laboração. É esta uma situação gravíssima para uma cidade de 30.000 almas onde a par da falta da primeira alimentação se podem dar graves alterações de ordem pública.”*²⁵.

Os constrangimentos sentidos pela Misericórdia de Setúbal são reveladores do que a cidade viveu. O Dr. Francisco de Paula Borba, Diretor-Presidente da instituição, informou o Presidente da Junta de freguesia de S. Sebastião que *“Por motivos da contínua alta que têm tido e continuam a ter as subsistências, mormente o pão, a carne, o azeite e o açúcar, sou forçado a vir dizer a V. Exa. que a administração desta Misericórdia não pode continuar a fornecer as rações para as albergadas.”*²⁶. Na impossibilidade de se alimentarem as idosas do asilo Acácio Barradas, foi criada uma padaria privativa, em outubro de 1917, para autoconsumo e para alguma venda ao público carenciado²⁷. Observando a tabela seguinte torna-se clara a verdadeira escalada dos preços e do custo de vida em Setúbal, uma vez que em 1916-1917, o ano de menor consumo de carne (1.160 kg), foi o que teve maiores gastos (474\$63).

Anos Económicos	Pão (Kg)	Pão (Esc.)	Carne (Kg)	Carne (Esc.)
1913-1914	4.703	406\$84	1.372	355\$24

ADSTB, CMS, Copiadores de Correspondência Expedida, Cx. 96, Lv. 15, Ofício de 29.11.1917 do edil para o Ministro do Trabalho.

²⁴ *“Se aviltante era a condição das classes operárias antes da guerra, hoje, que os preços de todos os géneros de primeira necessidade triplicaram, a situação é insuportável.”* - *A Trombeta*, 24.06.1917, p. 1.

²⁵ ADSTB, CMS, Copiadores de Correspondência Expedida, Cx. 96, Lv. 11, Ofício do edil de 08.06.1916 para o Presidente do Ministério.

²⁶ Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal (AHSCMS), Lv. 756, Copiador de Correspondência Expedida, Ofício de 06.07.1917 para a Junta de Freguesia de São Sebastião, p. 3.

²⁷ ADSTB, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, Saúde e Assistência Social, Padaria privativa da Misericórdia, Receita e Despesa da Padaria Privativa (1917-1928), Livro de Receita e Despesa da Padaria Privativa da Misericórdia de Setúbal, pp. 32-42.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a5

1914-1915	4.802	470\$88	1.412	369\$30
1915-1916	5.160	575\$72	1.328	413\$00
1916-1917	4.694	677\$26	1.160	474\$63

Tabela nº 2 Pão e carne consumidos e custo no Asilo Acácio Barradas (1913-1917). Fonte: Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal (1918), *Relatório e Contas da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal respeitante ao ano económico de 1916-1917 com recapitulação de contas dos últimos cinco anos económicos*, Setúbal, Tipografia Albino & C.ª, p. 30.

As realizações inconsequentes da centralização da «questão das subsistências»

Num novo quadro de ‘economia de guerra’, o Estado foi chamado a concentrar um conjunto de funções para as quais não tinha experiência suficiente ou recursos humanos capacitados para responder aos novos problemas. Este aspeto foi mais do que evidente no conjunto diversificado de medidas paliativas da edilidade no âmbito regional. Várias das intervenções económicas para reduzir os efeitos desta crise eram vistas pela imprensa local como dando “*resultados contraproducentes*”²⁸. Ilustrando esta lógica, tem-se o estabelecimento de tabelas de preços oficiais que, em contraciclo, potenciavam o açambarcamento. Perante isto, o próprio município - depois de as colocar em execução - solicitava a sua abolição e a liberdade de comércio²⁹.

Duas das principais estratégias permanentes de combate à crise de abastecimento foram a procura dos três organismos (município, administração do concelho e as comissões de subsistências) criarem e manterem uma rede de abastecimento diversificada em termos geográficos (Lisboa, Coruche, Beja, Serpa, Benavente, entre outros) e aprofundarem a relação junto da Manutenção Militar³⁰. Por outro lado, as diferentes autoridades locais dirigiam-se com frequência aos diversos ministérios e ao Governo Civil de Lisboa e agendavam reuniões com os responsáveis políticos, trazendo consigo representantes das associações de classe³¹.

²⁸ “Subsistências” in *O Trabalho*, 06.08.1916, p. 3.

²⁹ ADSTB, CMS, Copiadores de Correspondência Expedida, Cx. 96, Lv. 11, Ofício de 14.10.1916 enviado pelo edil para o Ministro do Trabalho.

³⁰ ADSTB, CMS, Cx. 91, Lv. 1 - Atas das Sessões da Comissão Executiva da CMS, Ata de 19.08.1915, p. 88.

³¹ A 17.08.1915, Manuel Silvério Júnior e a comissão de fabricantes de pão de Setúbal dirigiram-se a Lisboa para informarem que, sem providências imediatas, não haveria pão no dia seguinte. “A falta de farinhas” in *Jornal do Comércio e das Colónias*, 18.08.1915, p. 1.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a5

Entre as medidas mais singulares é relevante destacar a criação dos pequenos mercados na Praça Miguel Bombarda e na Praça do Quebedo. Estes tinham como propósito evitar que o mercado do Livramento fosse o único na cidade³² e melhorar o controlo de *stock*, impedindo as transações dos vendedores ambulantes depois das 15h00, sob pena de pesadas multas. Nesta linha surgiu, já no quadro da política de abastecimento sidonista e após a criação de uma padaria municipal que vendesse mais barato, a fundação de um celeiro municipal³³. Este último tinha como propósito diminuir a especulação e controlar a distribuição entre o meio rural e o meio urbano, obtendo, conservando e vendendo produtos cerealíferos³⁴.

A intervenção municipal com maior repercussão foi o requerimento efetuado junto da Caixa Geral de Depósitos para que fossem utilizados 150 dos 303 mil escudos reservados para as obras de reestruturação do porto, a fim de controlar o défice camarário e adquirir géneros para venda ao público³⁵.

Não obstante, todas estas medidas (e as seguintes) foram inconsequentes. As guias de trânsito de farinhas foram uma das medidas mais ferozmente criticadas. Estas, emitidas pelo poder local desde meados de 1915, não possibilitavam a receção nem de metade das quantias supostas. A Comissão Administrativa do Sidonismo, liderada pelo monárquico Henrique Augusto Pereira, avaliava-as da seguinte forma: “*A forma como as guias eram passadas favorecia o negócio, visto que sendo as farinhas despachadas e recebidas pela mesma pessoa não havia forma de fiscalizar o andamento das remessas*”³⁶. A opção para a criação da mencionada padaria municipal procurava “*ser a reguladora do tipo e preço de pão e evitar a ganância criminosa que se estava dando*”³⁷.

Na tentativa de proteger os interesses da comunidade em detrimento das regiões vizinhas foi proibido vender géneros a outros concelhos, interditou-se a exportação de

³² “Os mercados” in *República*, 26.06.1917, p. 2.

³³ ADSTB, CMS, Copiadores de Correspondência Expedida, Cx. 96, Lv. 14, Ofício de 23.02.1918 do edil para o Ministro do Trabalho.

³⁴ PIRES, Ana Paula, *op. cit.*, p. 309.

³⁵ ADSTB, CMS, Copiadores de Correspondência Expedida, Cx. 96, Lv. 13, Ofício de 22.09.1917 do edil para o Ministro do Interior.

³⁶ ADSTB, CMS, Copiadores de Correspondência Expedida, Cx. 96, Lv. 14, Ofício de 30.01.1918 do edil para o Diretor Geral do Serviço de Subsistências Públicas.

³⁷ *Idem*, Ofício de 30.01.1918 do edil para o Diretor Geral do Serviço de Subsistências Públicas.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a5

peixe durante o horário de funcionamento dos mercados e apelou-se aos produtores para reservarem as colheitas para a cidade. Simultaneamente, os comerciantes foram obrigados a reservar pescado para que a edilidade pudesse vender ao público de forma mais acessível³⁸. Um dos vários exemplos de queixas do administrador do concelho transmite a inconsequência de algumas destas medidas: “*O arroz da nova colheita não aparece à venda pelo preço oficialmente estabelecido porque os produtores saem com ele para locais fora do concelho onde lho pagam por outros preços (...) o azeite procura por todas as formas sair para fora dos locais de produção atraídos por preços mais altos*”³⁹.

A crescente necessidade do município em intervir nesta questão forçou a que este se concentrasse na inspeção nos momentos de produção. Em 11 de julho de 1918, o “Regulamento transitório para as padarias” pressupunha diversas normas, nomeadamente a fiscalização da produção do pão - contabilizando-se a farinha entrada – , a proibição da venda de farinhas ou, ainda, a possibilidade de o município requisitar boa parte do pão produzido “*para o distribuir conforme o que for mais conveniente para o serviço público, pagando-o ao preço da tabela municipal*”⁴⁰. As decisões da edilidade são reveladoras da imposição do Estado no sector da panificação: a) “*Na composição do mesmo tipo entrarão por completo as proporções de farinha de 1ª e de 2ª qualidade;* b) *Sob pretexto algum poderá ser fabricado pão de outros tipos;* c) *O peso do pão fabricado tanto em Setúbal como nas freguesias rurais será de um quilograma e de meio quilograma;* d) *O preço do pão em Setúbal não poderá ser superior a \$15 por quilograma e \$07,5 por meio quilograma.*”⁴¹. Uma vez mais eram alguns dos membros do próprio poder político que consideravam esta tarefa nas padarias como «impossível»⁴².

Já a carne era de tal forma residual numa cidade dependente de peixe que os seus preços eram extraordinariamente elevados, “*dada a dificuldade de abastecerem os seus*

³⁸ ADSTB, CMS, Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa, Cx. 1289, Lv. 04, Ofício de 27.10.1917.

³⁹ *Idem*, Ofício de 25.11.1917.

⁴⁰ “Serviço de Subsistências” in *O Trabalho*, 07.07.1918, p. 2.

⁴¹ ADSTB, CMS, Cx. 51, Lv. 2, Atas das sessões do Senado da CMS, Ata da sessão de 28.11.1916, p. 129 e 129v.

⁴² *Idem*, Ata da sessão extraordinária da Comissão Executiva da CMS de 31.10.1916, p. 119v.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a5

*estabelecimentos não só devido à notada escassez, como à notada subida no preço do gado.*⁴³. O município proibiu a venda e o consumo de carne de vaca, obrigando ao encerramento dos talhos às quintas-feiras, impondo multas entre 20\$00 e 200\$00 ou prisão correcional por trinta dias aos que não cumprissem⁴⁴. Outra medida em clara impotência: em diversas ocasiões os talhos encontravam-se abertos nesse dia⁴⁵.

A Câmara Municipal, ainda assim, não é exclusivamente culpada pela inoperância destas medidas. As constantes reformulações ministeriais, as mudanças políticas camarárias e as alterações nas estruturas ligadas ao sector das subsistências provocaram vários momentos de desarticulação. Neste último caso, a criação da comissão de subsistências - que tinha como funções a formação de organismos estatais com incidência local, a fixação de preços e tabelas dos géneros alimentícios e a melhoria das estratégias de abastecimento - foi composta em Setúbal por evolucionistas e democráticos. Estes grupos foram, também, um dos principais cúmplices desta incosequência. A sua primeira medida foi o lançamento da “*Tabela dos preços dos géneros alimentícios posta em vigor em 9 de novembro de 1915*”⁴⁶.

<i>Membros</i>	<i>Áreas/Funções</i>
António Sá Pavillon	Administrador do Concelho
José da Rocha	Presidente da Comissão Executiva da CMS
César Romano Baptista	Indústria
Vitorino Moreira Rodrigues	Agricultura

Tabela nº 3 Estrutura da Comissão de Subsistências de Setúbal (1915). Fonte: “Comissão de Subsistências” in *A Voz da Mocidade*, 16.10.1915, p. 2.

⁴³ ADSTB, CMS, Correspondência Recebida pela Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 161, Mç. 15, Ofício de 25.02.1918 dos proprietários de talho.

⁴⁴ “Edital” in *República*, 17.01.1917, p. 3.

⁴⁵ ADSTB, CMS, Copiadores de Correspondência Expedida, Cx. 96, Lv. 12, Ofício de 01.02.1917 do edil para o Administrador do Concelho.

⁴⁶ *A Justiça*, 21.11.1915, p. 3.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a5

Estas comissões tinham um problema de origem: conflito de interesses. O administrador do concelho, Manuel Silvério Júnior, criticou a organização estabelecida pelo governo, caracterizando-a como «ilógica», uma vez que era composta por comerciantes e agricultores, não possuindo consumidores que pudessem “*contrariar quanto possível o espírito ganancioso que se manifestasse no seu seio*”⁴⁷. Do mesmo modo, a comissão municipal de abastecimento, criada em 28 de junho de 1917, substituiu a comissão de subsistências, tendo sido nomeada por parecer da Associação Comercial e Industrial de Setúbal. Daqui é possível deduzir, por um lado, a procura da C.M.S. em obter apoio das diversas forças vivas locais e, por outro, que esta associação funcionou como *lobby*, determinando os elementos que correspondessem aos seus interesses. De facto, Vitorino Moreira Rodrigues detinha o cargo de depositário das farinhas e foi eleito para a primeira comissão⁴⁸. Também no Algarve estes organismos “*refletiriam os seus interesses, o que gerava alguma desconfiança*”⁴⁹.

<i>Elementos</i>	<i>Profissões</i>
Joaquim dos Santos Fernandes	Comerciante e Agricultor
Germino Alves Ferreira	Comerciante e Agricultor
Gregório José Abrantes	Comerciante com depósito de cereais
José da Conceição Mata	Vinicultor e Agricultor
António Ferreira Alves Passos	Comerciante e Agricultor

Tabela nº 4 Comissão Municipal de Abastecimento (1917). Fonte: ADSTB, C.M.S, Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa, Cx. 1289, Lv. 04, Ofício de 24.07.1917.

A ação destas comissões em Setúbal ficou marcada pela análise das necessidades alimentícias da região, pela regulação de preços e através do trabalho conjunto com o município, elaborando estratégias e requisitando produtos. Estas

⁴⁷ JUNIOR, Manuel Silvério, “A questão das subsistências” in *A Justiça*, 24.10.1915, p. 1.

⁴⁸ ADSTB, CMS, Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa, Cx. 1288, Lv. 03, Ofício de 27.04.1916.

⁴⁹ RODRIGUES, Joaquim (2010), *O Algarve e a Grande Guerra: A questão das Subsistências (1914-1918)*, Tese de Doutoramento em História, Lisboa, FCSH/NOVA, p. 108.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a5

estratégias foram, também, inconsequentes, já que, a par do que sucedeu noutras cidades como o Porto⁵⁰, encontraram fortes obstáculos. Padeiros e outros comerciantes desejavam obter lucros ilícitos, agricultores e donos de armazéns açambarcavam e existia uma excessiva burocratização por parte das entidades centrais.

Para o sector do pescado, estas comissões preocuparam-se em reduzir a venda ilegal de peixe na zona de desembarque, estabelecendo o mercado do Livramento como único local de venda até ao meio-dia. Além disso, não permitiam a venda ou exportação em nenhum outro, tornando o cais de Nossa Senhora o local para a lota de consumo da indústria⁵¹. O problema mantinha-se. Contínuas queixas das autoridades locais junto da capitania do porto, para que o fiscal municipal fosse auxiliado (*“encontram-se diariamente muitos indivíduos fazendo venda de peixe, sem autorização alguma.”*⁵²) provam a ineficiência destas medidas. O peixe parece ter sido o «pão de cada dia» da comunidade, pescado de forma ilícita e vendido no mercado negro para as várias bocas desesperadas: *“o carapau, nesta localidade, é abundante e constitui alimento das classes pobres.”*⁵³.

O «vulcão» que entrou em erupção

Se para o administrador do concelho *“Setúbal é um vulcão de movimentos operários”*⁵⁴, a fome fez com que a cidade entrasse em erupção. O agravamento do custo de vida e os irrelevantes aumentos salariais dos trabalhadores são a fórmula que explica o recrudescimento do movimento operário e da agitação social. De facto, multiplicam-se o número de greves; decreta-se o «estado de sítio» (jan. 1917), proibindo o comércio e a livre circulação de pessoas; sucedem diversos assaltos

⁵⁰ ROSSUM, Arnold Arie van (2011), *A Questão das Subsistências no Porto no período da Grande Guerra*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Porto, FLUP, p. 82.

⁵¹ Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico (BCM-AH), Núcleo 174, Mç. 73, Copiadores de Correspondência Expedida da Capitania do Porto de Setúbal, Ofício de 14.10.1915 do capitão do porto para o chefe da delegação de alfândega de Lisboa em Setúbal.

⁵² BCM-AH, Núcleo 174, Mç. 27, Correspondência recebida do Departamento Marítimo Norte, Sul e suas Delegações, Capitania do Porto de Setúbal, Ofício de 15.06.1917 do Presidente da CMS para o capitão do porto de Setúbal.

⁵³ BCM-AH, Núcleo 174, Mç. 74, Copiadores de Correspondência Expedida da Capitania do Porto de Setúbal, Ofício de 21.12.1916 do capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.

⁵⁴ ANTT, Ministério do Interior (MI), DGAPC, 1ª Rep., Cx. 46, Mç. 76, Relatório do Administrador do Concelho de Setúbal de 20.08.1917, pp. 1-2.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a5

coletivos a carvoarias, armazéns, quintas e padarias; surgem atos de sabotagem em fábricas de conservas que utilizassem maquinaria; ocorrem atentados à bomba.

Sendo a guerra o pano de fundo deste enquadramento, proliferaram as deserções militares e os manifestos anti-intervencionistas⁵⁵. Em Setúbal contabilizaram-se mais de 40 deserções a partir de janeiro de 1917. Os panfletos antiguerristas, espalhados desde março de 1916, foram a maior aliança a uma parte de uma imprensa local muito ativa contra a participação militar portuguesa, culpando o conflito pelas paupérrimas condições de vida. Perante isto, o ministro da Guerra, Norton de Matos, encarregou o comandante da 4ª Divisão do Exército de informar o comandante do Regimento de Infantaria nº 11 de que era “*necessário proceder com todo o rigor contra os indivíduos que na cidade de Setúbal fazem a propaganda constante dos manifestos (...) solicitando da autoridade administrativa local a mais severa repressão de tais factos*”⁵⁶.

Os nefastos efeitos económicos motivados pela Grande Guerra geraram um aumento da criminalidade em Setúbal, aumentando cerca de nove vezes o número de réus condenados (1913 – 48 / 1919 – 509) e mais que triplicando o número de processos criminais que deram entrada na comarca local (1913 – 118 / 1919 – 385). Em ambos os casos, os anos de 1917 (116 réus condenados e 169 processos criminais), 1918 (358 réus condenados e 214 processos criminais) e 1919 são os que possuem os mais altos valores, demonstrando como a participação militar portuguesa e a longevidade do conflito influenciaram estes índices⁵⁷.

As forças de segurança tiveram profundas dificuldades em manter a ordem pública, existindo apenas 109 efetivos (60 guardas municipais e 49 G.N.R.) numa cidade composta por um universo operário e piscatório que rondava as mais de 10 000 pessoas. Não surpreendem as dezenas de pedidos de aumento de pessoal ou de incremento do armamento para controlar a desordem popular em Setúbal. Em setembro de 1917, o administrador do concelho resumia esta realidade: “*A segurança da cidade*

⁵⁵ COSTA, Albérico Afonso (2011), “Do ensaio do poder à guerra social permanente e de alta intensidade – Setúbal Republicana” in *II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, Setúbal, ESE/IPS, p. 230.

⁵⁶ Arquivo Histórico-Militar (AHM), 1ª Divisão, 35ª Secção, Cx. 1262 Ofício do Comandante da 4ª Divisão do Exército para o Comandante do R.I. 11 a 04.04.1916.

⁵⁷ Cf. Ministério das Finanças (1921), *Anuário Estatístico de Portugal, 1913 a 1917*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 10-11; Ministério das Finanças (1923), *Anuário Estatístico de Portugal, 1915 a 1919*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 10-11.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a5

continua confiada a um reduzidíssimo corpo de polícia, em grande parte inválido, e um posto da G.N.R. com obrigação de serviço rural, o que o afasta do serviço de polícia da cidade (...) Só uma boa organização policial e um forte núcleo da G.N.R. poderão garantir nesta cidade (...) a segurança pública.”⁵⁸. Dada esta necessidade, em 1919, o efetivo da G.N.R. aumentou de 155 para 304 homens em todo o atual distrito de Setúbal⁵⁹.

O contexto era de tal forma incoerente que a cadeia não possuía guardas que vigiassem os prisioneiros, levando ao desespero do edil José da Rocha que, após a fuga de 10 presos em abril do mesmo ano, descrevia assim a situação: “*estando a cadeia inteiramente livre para os ali de dentro promoverem frequentemente a desordem e os de fora fornecerem armas e ferramentas que ali não devem entrar.*”⁶⁰. Apesar das diversas solicitações para aumentar as forças de segurança, os constrangimentos centrais impediam o seu consentimento.

A prática destes crimes ganhou ímpeto com a ausência de carvão na Companhia de Gás de Setúbal, levando a uma redução na iluminação pública na cidade e, consequentemente, a um “*extraordinário aumento de crime*”⁶¹. O primeiro assalto coletivo ocorreu a 30 de maio de 1915, mas foi entre os meses de março e junho de 1917 - que coincidem com a «Revolta da Batata» - que a cidade mais se rebelou contra a crise das subsistências.

A 7 de março ocorreram diversos assaltos a armazéns, a estabelecimentos de víveres e a «portadores de cabazes» em virtude da não receção de farinha, cereais e pão⁶². Estes foram iniciados com vários protestos e «ajuntamentos» em frente às padarias como em ocasiões anteriores⁶³. Em maio, o edil avisava: “*como a falta*

⁵⁸ ANTT, GCL, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Expedida – 1917, NT 929, Mç. “Relatórios”, Relatório da administração do concelho de Setúbal, 24.09.1917, pp. 3-6.

⁵⁹ PÓVOA, Marco (2013), *Policar Portugal: A Guarda Nacional Republicana, 1911-1946*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, ISCTE-IUL, pp. 59-73.

⁶⁰ ADSTB, CMS, Copiadores de Correspondência expedida a várias entidades da Administração Central, Cx. 137, Lv 01, Ofício de 08.05.1917 do edil para o Ministro do Interior, p. 15.

⁶¹ ADSTB, CMS, Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa, Cx. 1289, Lv. 04, Ofício de 15.02.1917.

⁶² *Idem*, Ofício de 07.03.1917.

⁶³ A 02.09.1915 já ocorrera um comício público para se debaterem, pacificamente, as questões dos abastecimentos à cidade. ADSTB, CMS, Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa, Cx. 1288, Lv. 03, Ofício de 01.09.1915.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a5

absoluta de farinhas pode determinar factos contrários ao sossego e boa ordem da cidade.”⁶⁴.

Poucos dias depois da «Revolta da Batata», em Lisboa, o administrador do concelho prognosticava tumultos e assaltos aquando da inauguração dos novos mercados devido às trocas de tiros ocorridas entre a G.N.R. e desordeiros na semana anterior⁶⁵. A 28 de maio várias padarias e mercearias voltaram a ser assaltadas. Sucedeu, também, uma invasão da estação de caminho-de-ferro com “*muito povo (...) para assaltar quem o [pão] trazia para Setúbal*”⁶⁶. Esta voltou a ser assaltada, pelo «povo de Setúbal», a 19 de junho⁶⁷.

Com motivos distintos encontram-se assaltos de pescadores setubalenses a pescadores de regiões próximas. No início de 1916 vários trabalhadores filiados na Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar assaltaram 11 canoas da picada provenientes de Peniche, lançando ao mar cerca de 8 mil escudos de sardinha. Três dias depois afundaram o galeão *Sete Amigos*, originando 12 mil escudos de prejuízo⁶⁸. Esta associação agredia quaisquer armadores que não fossem seus sócios: “[Um indivíduo] *foi, naquela cidade, forte e barbaramente agredido espalhando-se ameaças continuadas e insistentes de que serão assim tratados, quando não estejam associados.*”⁶⁹.

Também um numeroso grupo de soldados, na defesa dos seus interesses e receando o aumento do desemprego gerado pela mecanização da indústria conserveira, assaltou fábricas francesas para destruir «cravadeiras». Nos dias 30 de julho e 3 de agosto de 1917, as fábricas *Kolm & Laffitau* e *René Beziere* foram, respetivamente, alvos de sabotagens - com a destruição das máquinas e outros utensílios -, depois de terem despedido alguns soldados, não terem aumentado salários e de terem declarado

⁶⁴ ADSTB, CMS, Copiadores de Correspondência Expedida, Cx. 96, Lv. 13, Ofício de 09.05.1917 do edil para o Administrador do Concelho.

⁶⁵ COSTA, Albérico Afonso (2011), *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Setúbal, Estuário, p. 246

⁶⁶ ANTT, GCL, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Expedida – 1917, NT 929, Mç. «Relatórios», Relatório da administração do concelho de Setúbal, 24.09.1917.

⁶⁷ COSTA, Albérico Afonso, *op. cit.*, p. 246.

⁶⁸ ANTT, GCL, Gestão da Informação e Documentação, Copiadores de Correspondência Expedida, Lv. 415, Ofício de 18.03.1916 do edil para o Ministro do Interior.

⁶⁹ ANTT, MI, DGAPC, 1ª Rep., Cx. 29, Mç. 59, Ofício de 20.04.1915 da Direção Geral da Marinha para o Diretor Geral da Administração Política e Civil.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a5

lock-out. A fábrica luso-espanhola *Lázaro Morais* e as fábricas portuguesas *Azevedo e Cª* e a *Castelo Branco e Cª* escaparam ilesas com auxílio policial⁷⁰.

O movimento grevista em Setúbal atingiu níveis relevantes neste período, abrangendo diversas áreas da atividade económica⁷¹, sendo os anos de 1917 e 1918 aqueles que conheceram as mais duras greves, inclusive gerais. Dos 24 momentos de greve contabilizados, 17 ocorreram nos últimos dois anos da beligerância e o sector conserveiro foi o que mais vezes entrou em greve (13), havendo ocasiões com paralisação de todas as fábricas. As greves-gerais ocorreram entre 13 e 19 de julho e 10 e 13 de setembro de 1917 e a 18 de novembro de 1918 (esta última marcada pela União Operária Nacional). Deve-se recordar que uma greve convocada pela Associação dos Trabalhadores do Mar paralisava toda a cidade face à sua imponente força (2.750 filiados⁷²).

Estas greves eram marcadas por intensas redes de solidariedade, provocando verdadeiras paralisações intersectoriais. O repórter Adelino Mendes experienciou, em 1916, uma greve marítima e conserveira em Setúbal, admitindo que “*entre as diversas classes de trabalhadores existe nesta cidade a mais estreita solidariedade. Basta que uma delas reclame, insista e se declare em greve para que todas as outras a acompanhem e façam causa comum com ela.*”⁷³. Nesta linha seguia o administrador do concelho, José Bernardo Ferreira: “*A greve em Setúbal é, por assim dizer, uma situação normal (...) dirigidas por uma forma mais ou menos violenta (...) Uma greve geral aqui é de fácil execução.*”⁷⁴.

Ao lado da exigência de melhores salários, como resposta à inflação, era reivindicado o respeito pelo horário laboral, mas o contínuo incumprimento das promessas de receção de géneros pelas entidades competentes gerava greves com a “*população indignada pela indiferença como está sendo tratada.*”⁷⁵. Todas estas

⁷⁰ ANTT, MI, DGAPC, 1ª Rep., Cx. 46, Mç. 76, Ofício de 04-08-1917 do Administrador do Concelho para o Governador Civil de Lisboa.

⁷¹ Marítimos, sapateiros, metalúrgicos, trabalhadores dos correios e telégrafos, calceteiros e padeiros.

⁷² “Movimento Associativo de Setúbal” in *O Semeador*, 01.05.1915, p. 6.

⁷³ MENDES, Adelino (1916), *O Algarve e Setúbal*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, p. 200.

⁷⁴ ANTT, GCL, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Expedida – 1917, NT 929, Mç. «Relatórios», Relatório da administração do concelho de Setúbal, 24.09.1917.

⁷⁵ ADSTB, CMS, Copiadores de Correspondência Expedida, Cx. 96, Lv. 12, Ofício de 19.03.1917 do edil para o Presidente do Conselho de Ministros, p. 350.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a5

questões sociais potenciaram o surgimento de 6 novas associações de classe no concelho dada a necessidade de reforçar estas redes⁷⁶.

Os padeiros e manipuladores do pão retorquiam com greves (e.g. 18.03.1918) ou aumentavam os preços no mercado acima das tabelas em vigor sem autorização. Além de venderem pão de baixa qualidade a um preço demasiado alto, ameaçavam encerrar os estabelecimentos⁷⁷. Justificavam os aumentos com a chantagem perpetuada pelos moageiros, cuja atitude “*altamente criminosa e repugnante*” se baseava em passar recibos pelos preços oficiais, recebendo a mais uma quantia “*por fora*”⁷⁸.

Considerações finais

A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra foram marcadas pela má gestão do Estado central e a inoperância do poder local na procura de satisfazer as necessidades básicas de alimentação da terceira maior cidade do país. Altamente dependente do exterior de géneros alimentícios, a cidade do Sado sofreu com o drama da fome em vários momentos, principalmente nos últimos anos do conflito, fruto da completa ausência de pão, farinha, trigo ou de uma escalada de preços absolutamente inoportáveis para a maioria da comunidade sadina. Esta foi a principal causa para que se tenha gerado um novo fulgor nos movimentos sociais, que culpabilizaram a guerra pelas dificuldades pelas quais passaram, e utilizaram diferentes meios de reivindicação, inclusive violência, para demonstrarem o seu descontentamento e desespero.

A Setúbal da Grande Guerra abriu um conjunto de cicatrizes num vulcão, que entrou em erupção, e que não voltaria a perdoar a República pelo contexto que vivenciou. A crise dos abastecimentos perpetuou-se depois do conflito, sendo o episódio das «Revoltas da Fome» de 1920, com mais de 1.500 setubalenses em protesto e que

⁷⁶ Associações de Classe: Trabalhadores Rurais de Palmela (1914); Pescadores da Murtosa (1914); Operários da Construção Civil e Artes Correlativas (1914); Revendedores de Peixe no Mercado do Livramento (1915); Manipuladoras e Estivadoras das Fábricas de Conservas e Armazéns de Estiva (1917); Empregados no Comércio e Indústria (1917). Disponível em: <http://arquesoc.gep.msess.gov.pt/projecto1/index.htm> [Consultado a 25.08.2018]

⁷⁷ ADSTB, CMS, Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa, Cx. 1288, Lv. 03, Ofício de 16.04.1915.

⁷⁸ *Idem*, Ofício de 15.10.1916.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a5

terminou com mais duas mortes, um dos mais representativos momentos da decadência do republicanismo na região.

Bibliografia:

Fontes:

Fontes Primárias:

Arquivo Distrital de Setúbal

C.M. de Setúbal

Santa Casa da Misericórdia de Setúbal

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Governo Civil de Lisboa

Ministério do Interior

Arquivo Histórico-Militar

1ª Divisão

Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal

Livros de correspondência

Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico

Núcleo 174

Fontes Secundárias:

Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal (1918), *Relatório e Contas da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal respeitante ao ano económico de 1916-1917 com recapitulação de contas dos últimos cinco anos económicos*, Setúbal, Tipografia Albino & C.

MENDES, Adelino (1916), *O Algarve e Setúbal*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores.

Ministério das Finanças (1921), *Anuário Estatístico de Portugal, 1913 a 1917*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Ministério das Finanças (1923), *Anuário Estatístico de Portugal, 1915 a 1919*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Ministério do Trabalho e da Previdência Social (1919), *Boletim da Previdência Social*, ano II, nº 5, Lisboa, Imprensa Nacional.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a5

Periódicos:

Imprensa local:

Alvorada

A Folha de Setúbal

A Justiça

A Trombeta

A Voz da Mocidade

O Semeador

O Trabalho

República

Imprensa nacional:

Jornal do Comércio e das Colónias

Estudos:

ARRANJA, Álvaro (2011), *Mataram Mariana: Dos fuzilamentos de Setúbal à ruptura do Operariado-República em 1911*, Setúbal, CEB.

COSTA, Albérico Afonso (2011), *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Setúbal, Estuário.

Idem (2011), “Do ensaio do poder à guerra social permanente e de alta intensidade – Setúbal Republicana” in *II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, Setúbal, ESE/IPS, pp. 225-240.

Idem (2012), “Setúbal Republicana – quando as fábricas transbordavam de greves” in org: AA.VV., *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no século XX*, Lisboa, Colibri, pp. 61-72.

FERREIRA, Diogo (2017), *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, Setúbal, Estuário.

MEDINA, João (1981), “Prefácio” - *Greves, Sindicalismo: Setúbal 1910-13*, org: AA.VV., Setúbal, Assembleia Distrital de Setúbal.

PIRES, Ana Paula (2011), *Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a Economia de Guerra*, Casal de Cambra, Caleidoscópico.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2a5

PÓVOA, Marco (2013), *Policar Portugal: A Guarda Nacional Republicana, 1911-1946*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, ISCTE-IUL.

RODRIGUES, Joaquim (1997), *A indústria conservas de peixe no Algarve*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Lisboa, FCSH/NOVA.

Idem (2010), *O Algarve e a Grande Guerra: A questão das Subsistências (1914-1918)*, Tese de Doutoramento em História, Lisboa, FCSH/NOVA.

ROLLO, Maria Fernanda (1991), “Industrialização” in MARQUES, A. H. de Oliveira (org.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Presença.

ROSSUM, Arnold Arie van (2011), *A Questão das Subsistências no Porto no período da Grande Guerra*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Porto, FLUP.

SAMARA, Maria Alice (1998), “O Impacte Económico e Social da Primeira Guerra Mundial em Portugal” in org. TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Portugal e a Guerra: História das intervenções portuguesas nos grandes conflitos mundiais (Séculos XIX e XX)*, Lisboa, Colibri.

VALENTE, Vasco Pulido (1981), “Os Conserveiros de Setúbal (1887-1901)”, *Análise Social*, vol. XVII, Lisboa, ICS, pp. 615-678.